

INTRODUÇÃO

“CLÁSSICAS” & “CLÁSSICOS”?

Em diversas partes do mundo, o século XIX foi marcado por intensa agitação em torno das demandas de mulheres por justiça e igualdade. Contudo, apesar da marca fundamental que deixou na história, o feminismo é a menos conhecida entre as diversas teorias sociais e políticas que disputaram o futuro das sociedades nesse período. Muita tinta foi gasta para compreender as variadas linhagens e vertentes de ideias políticas como o liberalismo, o socialismo, o anarquismo e o fascismo. O mesmo pode ser dito a respeito das diferentes propostas para compreender as sociedades, desenvolvidas por autores como Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. No entanto, o que se sabe sobre o feminismo? O que se conhece das teorias sobre as relações sociais de gênero produzidas antes de 1949, quando Simone de Beauvoir publicou *O segundo sexo*?

A história oficial costuma falar de “ondas feministas”, cada uma delas correspondente a um período em que o feminismo avançou, movido pela impetuosidade de uma nova geração e pela força arrebatadora de uma energia reprimida por muito tempo. De acordo com essa visão, o feminismo sempre estaria inevitavelmente ligado ao novo e destinado, de tempos em tempos, a recuar para mais uma vez avançar, tornando superada ou obsoleta determinada teoria ou prática feminista mais antiga. Mas será que as “ondas” precisam apagar os rastros, as inscrições

e as pegadas deixadas na areia? Estará cada nova geração condenada a adquirir novo conhecimento sobre si e sobre o mundo sem dialogar e aprender com o passado?

Este livro parte da ideia de que é possível, e também necessário, recuperar os elos e as genealogias de pensamento de mulheres e de feminismos nas mais diversas áreas das artes e do conhecimento. E leva essas preocupações para o campo da sociologia, uma ciência que tem se preocupado em produzir conhecimento rigoroso e sistemático sobre o mundo há quase dois séculos e tem sido uma aliada fundamental na produção de teorias e pesquisas empíricas sobre as relações de gênero.

Apesar de o campo de estudos de gênero ser extremamente vigoroso, as reflexões sobre gênero ainda constituem uma área autônoma e segregada dentro da sociologia. De fato, o impacto das teorias feministas e dos estudos de gênero ainda não foi sentido no centro dessa disciplina. Trabalhamos com a hipótese de que o ensino do cânone sociológico pode ser uma das causas: o ensino tradicional dos clássicos tem sacralizado e tornado rotina um deslocamento sistemático da reflexão sobre gênero a um subcampo das ciências sociais.

Qualquer pessoa familiarizada com os manuais e os cursos acadêmicos de sociologia clássica é capaz de recitar de cor os pensadores canônicos. Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber são apontados como os pais fundadores das ciências sociais quase sem variações. Apesar das inúmeras diferenças que os separam, os autores que compõem esse cânone possuem uma característica comum: todos são homens. Em defesa dessa escolha, costuma-se dizer que a subordinação e a opressão das mulheres ao longo do período crítico para o desenvolvimento das ciências sociais foram tão profundas que isso impediu que elas se apoderassem dos meios necessários para produzir e difundir pensamento.

A ausência de mulheres entre os clássicos se justificaria, portanto, pelo próprio aprisionamento de inúmeras mulheres no lar e a seu confinamento às funções de mães, esposas, trabalhadoras precarizadas, mulheres colonizadas e, em síntese, pela sua suposta condição de excluídas da história. Em outros casos, diz-se que aquelas que eventualmente conseguiram escrever e publicar não abordaram os temas verdadeiramente relevantes para o desenvolvimento da sociologia, isto é, o debate sobre a epistemologia das ciências sociais e sobre os processos de industrialização, divisão do trabalho, conflito de classes, racionalização, individualização e diferenciação social que marcaram o mundo moderno. Assim, tais autoras teriam ficado demasiadamente apegadas à condição supostamente particular de mulher, se dedicando a temas ditos “secundários” ou “irrelevantes” perante as grandes transformações em curso na sociedade, na política e na economia do século XIX.

O título deste livro, *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*, é, ao mesmo tempo, uma ironia, uma provocação e um questionamento dessa narrativa. É uma ironia dirigida ao próprio conceito de “clássico”, pois, à medida que as ciências sociais refletem sobre si mesmas, os “clássicos” deixam de ser entendidos apenas com base nas características intrínsecas aos textos e passam a ser analisados a partir de uma visão processual, histórica e sociológica de como se constitui um cânone. A categoria “clássico”, como qualquer outra, é socialmente construída e sustentada por uma comunidade e suas instituições.

Assim, não é porque os cientistas sociais estudam as sociedades que não expressam suas próprias concepções de mundo nos seus hábitos e rotinas de ensino e pesquisa. Embora o cânone tradicional incluía de fato pensadores excepcionais, não é imperativo que o ensino dos “clássicos” se restrinja a um rol limitado de temas e autores. A socialização das e dos estudantes no campo das ciências sociais — como parte da criação e atualização de um campo de conhecimento e da construção de uma

identidade profissional — pode se apoiar em referências variadas, que expressem melhor a riqueza e a diversidade de perspectivas da sociologia.

Ao chamar de “clássicas” as autoras desta coletânea, fazemos neste livro uma provocação à forma como as ciências sociais se organizam como disciplina. Ao eleger determinados autores como o seu cânone, privilegiando certos temas de suas obras em detrimento de outros,* a comunidade de sociólogos define o seu próprio campo de possibilidades, suas fronteiras, e estabelece os temas considerados legítimos. Ela confere, enfim, determinada identidade à comunidade de cientistas sociais fundamentada em um ato original de exclusão de todo um domínio de investigação ligado às questões de gênero.

Este livro é também um questionamento ao cânone, porque pretende demonstrar que, a despeito de imensas dificuldades, houve efetivamente uma produção intelectual significativa e impactante feita por mulheres no século XIX.** Muitas delas se esgueiraram pela margem de sociedades patriarcais para escrever e se fazer ler; foram “marginais” ou mesmo “malditas” em seu tempo. Outras foram intelectuais influentes, amplamente lidas, difundidas e atuantes dentro dos mesmos círculos frequentados pelos autores tradicionais.

Essas autoras nos oferecem um manancial de reflexões perspicazes, originais e sistemáticas sobre vida privada, intimidade, casamento, sexualidade, divisão sexual do trabalho e vida cotidiana — temas que somente nos anos 1960 voltaram novamente à órbita da sociologia. Além de tratar de temas “de mulheres”, várias delas tocaram também

*Vale ressaltar que a maior parte dos autores clássicos das ciências sociais escreveu sobre temas como família, casamento e a situação social da mulher em suas sociedades. Embora com frequência esses escritos tenham sido relativamente secundários e sem impacto significativo sobre o núcleo de suas teorias, a sua omissão dos próprios cursos de sociologia clássica aponta uma seletividade não apenas de autores, mas também dos temas selecionados dentro de suas obras.

** Utilizamos gênero aqui como construção social e discursiva e, por esse motivo, buscamos ao longo do livro empregá-lo como categoria analítica e não descritiva.

em assuntos usualmente considerados fundamentais para a construção da sociologia, pensando de maneira criativa e sistemática sobre a origem e a natureza da modernidade emergente da sua época. A forma como o ensino tradicional da sociologia clássica tem sido feita, portanto, não se justifica nem pela ausência de produção nem pela falta de circulação de mulheres e de suas ideias nas redes dos intelectuais que colaboraram para a fundação e a consolidação do pensamento sociológico.

Esta coletânea tem um objetivo simples: disponibilizar em língua portuguesa, de forma inédita, textos de autoras nascidas no século XIX que produziram interpretações sociológicas do mundo e de questões de gênero. Desejamos proporcionar o acesso às suas principais ideias, com a esperança de que no futuro suas obras sejam disponibilizadas de forma integral para o público brasileiro. Por esse motivo, a seleção priorizou pensadoras que nunca receberam traduções para o português ou que tiveram uma circulação muito parcial no Brasil.

Isso significa que precursoras publicadas em português, como Mary Wollstonecraft (Inglaterra), Flora Tristán (França), Nísia Floresta (Brasil), Emma Goldman (Lituânia) e Harriet Taylor Mill (Inglaterra), não foram incluídas nesta seleção. O livro buscou ainda representar a diversidade de olhares e contextos vivenciados por mulheres do século XIX. Por isso, seguimos como critério de seleção, além da originalidade das contribuições à sociologia e à reflexão sobre as relações de gênero, a diversidade de procedências geográficas das autoras.

A seleção priorizou também eixos e temas fundamentais em cada uma delas. Harriet Martineau (Inglaterra) destaca-se pela forma como construiu os parâmetros de uma ciência da sociedade que compreendia a dimensão privada e a pública do social, assim como as relações entre ambas, produzindo uma “imaginação sociológica” que incluía aspectos tanto da vida de homens como de mulheres. No capítulo sobre Anna

Julia Cooper (Estados Unidos), frisamos a maneira original como ela refletiu sobre a relação entre as discriminações de gênero e raça, apontando as especificidades da vida das mulheres negras norte-americanas e sua necessidade de voz e representação, em uma defesa pioneira da diversidade na política e no pensamento. Suas ideias lembram em vários aspectos as contribuições mais recentes do feminismo negro e das teorias da interseccionalidade ao campo da sociologia.

Pandita Ramabai Sarasvati (Índia) nos ajuda a pensar a respeito da complexa relação histórica entre a opressão colonial, de casta e de gênero, assim como a respeito dos dilemas da transnacionalização de movimentos sociais como o feminismo. Seus escritos permitem conexões com os debates pós-coloniais hoje tão em voga nos estudos feministas. Charlotte Perkins Gilman (Estados Unidos) é discutida a partir de sua contribuição ao debate sobre a relação entre Estado, mercado e família, bem como da sua crítica ao culto da maternidade e da domesticidade feminina. Gilman criou parâmetros sólidos para uma sociologia das relações de gênero ancorada na análise econômica, cultural e institucional. No capítulo sobre Olive Schreiner (África do Sul), enfatizamos como a autora contestou os discursos científicos que apregoavam a inferioridade biológica de mulheres e de populações não europeias e insistiu que as desigualdades eram produto das relações sociais — e não da biologia. Ao olhar para o fenômeno social da mestiçagem como um efeito de relações étnicas, raciais e de gênero, Schreiner produziu *insights* que se comunicam com perspectivas construtivistas contemporâneas sobre gênero, raça e ciência.

Nos textos de Alexandra Kollontai (Rússia), priorizamos a sua análise sobre a relação entre sexo e classes sociais, família, divisão sexual do trabalho, a tripla jornada da mulher, bem como sua reflexão pioneira acerca da sexualidade e das relações amorosas. Kollontai aborda tanto dimensões materiais como subjetivas das relações de gênero. No capítulo sobre Ercília Nogueira Cobra (Brasil), ressaltamos a sua crítica à dupla moral sexual, à imposição da virgindade às mulheres solteiras e à negação de direitos civis às mulheres brasileiras, mostrando que o

controle da sexualidade pode ser a base para o exercício de inúmeras outras relações de poder. Por fim, no texto de Alfonsina Storni (Argentina), destacamos a forma como ela explorou a relação entre as mulheres latino-americanas e a modernidade, refletindo sobre o feminismo como um movimento social organizado e sobre os dilemas da representação política feminina.

Apresentamos, dessa maneira, autoras de lugares tão díspares quanto África do Sul, Argentina, Brasil, Estados Unidos, Índia, Inglaterra e Rússia, identificadas a partir de pesquisas nos principais periódicos e coletâneas internacionais de sociologia. Essa presença crescente nas publicações sinaliza a formação incipiente de um consenso em torno da relevância desses textos e o interesse acadêmico a respeito deles. Apesar das diferenças, Alexandra Kollontai, Alfonsina Storni, Anna Julia Cooper, Charlotte Perkins Gilman, Ercília Nogueira Cobra, Harriet Martineau, Olive Schreiner e Pandita Ramabai Sarasvati compartilham vidas e trajetórias marcadas por elementos comuns. Jovens viúvas, “solteironas”, “desquitadas”, mulheres sem filhos, mães solteiras, órfãs de pai desde cedo: essas mulheres constituíram famílias contra as convenções de seu tempo e transformaram a própria condição social — fora dos padrões idealizados pelas sociedades de onde vieram — em formas alternativas de vida. Podemos dizer que seus textos traduzem subjetividades femininas formadas de maneira crítica e não usual.

Se observarmos atentamente a biografias dessas mulheres, notaremos que as histórias pessoais foram marcadas por imensos deslocamentos e sacudidas por turbulências profundas. O primeiro movimento marcante é o econômico: nenhuma das autoras aqui apresentadas permaneceu em sua classe de origem. Quase todas passaram por situações de penúria econômica. Seja uma súbita falência na família (Storni, Gilman, Cobra e Martineau), seja uma heroica ascensão social (Cooper, Ramabai e Schreiner), seja ainda a rejeição ao conforto opressor de uma vida burguesa na

virada do século XIX ao XX (Kollontai), todas saíram do confinamento de uma situação de classe e tiveram que lutar pela sobrevivência — e, muito frequentemente, também pela segurança econômica dos próprios filhos ou familiares. O segundo movimento fundamental é o geográfico: as autoras aqui estudadas foram viajantes ou migrantes, deslocando-se entre culturas e pessoas, entre o público e o privado, desenvolvendo olhares comparativos e singulares.

Esses processos biográficos parecem ter potencializado nelas um olhar aguçado para os silêncios e as contradições de suas próprias sociedades com relação às mulheres e a outros grupos desprivilegiados. No entanto, é preciso ainda ressaltar que a interpretação dos seus textos indica um forte engajamento com os círculos intelectuais da sua época, o envolvimento com os grandes movimentos políticos dos séculos XIX e XX, a interlocução com figuras proeminentes nos campos da política e das ciências sociais e, em alguns casos, com a academia e o campo institucional da sociologia. Vemos também que algumas das autoras aqui selecionadas leram e debateram as ideias umas das outras. Harriet Martineau, por exemplo, é uma referência bastante recorrente nos textos de várias das autoras selecionadas. Ao ler seus comentadores, aprendemos ainda que autores canônicos da sociologia reagiram aos trabalhos dela, pois reconheceram seu peso e sua relevância para seu tempo.

Hoje há um grande acúmulo de produção crítica sobre os quadros de referência tradicionais da sociologia sob um olhar atento a gênero. No Brasil e no mundo, os estudos de gênero são fortemente institucionalizados, e sua legitimidade é atestada por sua presença expressiva nas linhas de pesquisa nas pós-graduações em ciências sociais, nos congressos, na grande quantidade de revistas e de dossiês acadêmicos dedicados ao assunto, assim como pela grande quantidade de grupos e núcleos de pesquisa que trabalham com a temática. Contudo, é difícil ignorar o fato de que a transformação dos marcos teóricos, conceitos e pressupostos das ciências sociais sob a perspectiva de gênero está incompleta e que a aceitação das transformações produzidas pelos estudos de gênero no campo da sociologia ainda é restrita e insuficiente.

E, no entanto, gênero permanece sendo uma das dimensões mais relevantes da vida social. A transversalidade de gênero às áreas estabelecidas da sociologia se manifesta de diversas maneiras: o feminismo marxista, por exemplo, permitiu repensar o campo de estudos da sociologia do trabalho, chamando atenção para a existência do trabalho doméstico não assalariado; as estudiosas da estratificação interrogaram onde localizar a mulher no sistema de classes, questionando o hábito de se atribuir à mulher a mesma classe social do marido e de naturalizar a família como uma unidade de interesses; os estudos do *care** — ou cuidado — proporcionaram uma reflexão original, que dilui as fronteiras entre trabalho doméstico, familiar, mercado e políticas públicas; a teoria feminista apontou a separação entre os âmbitos público e privado como base da constituição das democracias modernas** e colocou em questão a própria ideia de modernidade como um construto carregado de subtexto de gênero; estudiosas da interseccionalidade apontaram como os temas gênero e sexualidade estiveram no centro das ideias de povo, nação, fronteiras, império e “raça”; pesquisadoras de gênero nas organizações demonstraram como as interações sociais mais cotidianas se apoiam em formas de classificação sexual.

Educação, trabalho, saúde, violência, política, raça, classe, etnia, religião, família, cidade, movimentos sociais, sociologia rural, demografia, meio

**Care* é o nome dado a um conjunto de práticas de atendimento às necessidades dos outros — idosos, crianças, doentes, portador de necessidades especiais. Exercido por muito tempo gratuitamente no interior da casa por mulheres, o trabalho do cuidado tem sido mercantilizado, mas continua sendo exercido majoritariamente por mulheres em condições precárias, com baixa remuneração e pouca valorização social. O *care* permite pensar nas relações entre gênero, classe, raça e migração, dada a presença expressiva de pobres, negras e migrantes nas profissões de cuidado.

**Carole Pateman argumentou que a esfera pública das democracias modernas se apoiou na separação e isolamento da esfera privada — um espaço socialmente designado para mulheres. Isso permitiu que diversas formas de exercício de poder no cotidiano — como a dominação de gênero, a violência doméstica e a assimetria de oportunidades — fossem marcadas como assuntos privados e, portanto, excluídas das discussões pública e política.

ambiente: não parece haver hoje um domínio da sociologia que ainda não tenha sido tocado pela perspectiva crítica de gênero. Em síntese, não podemos pretender compreender o mundo social sem prestar atenção ao gênero. E o contrário é igualmente verdadeiro: não podemos compreender gênero sem entender o mundo social.

Gênero é uma das dimensões mais relevantes e, ao mesmo tempo, uma das mais subestimadas da vida em sociedade. Por isso, é fundamental ligar as teorizações do gênero à compreensão contemporânea do mundo. Esse livro tem como objetivo recuperar linhagens de pensamento que ficaram esquecidas, apesar de terem tanto a nos dizer sobre o mundo em que vivemos hoje. Busca também colaborar, a partir do olhar da sociologia, para que os elos de pensamento entre as diferentes gerações de mulheres e feministas se fortaleçam.

Os textos e discussões deste livro se beneficiaram dos debates realizados em duas disciplinas de graduação, ministradas por nós no Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (IFCS-UFRJ) entre 2016 e 2017, com apoio das estagiárias docentes Anna Bárbara Araújo e Marcia Candido. A esta última queremos registrar nosso agradecimento pelas contribuições no estágio preliminar do projeto. A pesquisa contou com o apoio do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD-CAPES) e foi realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFF). Agradecemos a Luna Campos, Bruno Borges, Carolina Castellitti, Lolita Guerra e Graziella Moraes pela leitura atenta e generosa dos capítulos.

Verônica Toste Daflon e Bila Sorj